

1 Aos dezessete dias de maio de dois mil e dezanove, às dez horas e vinte e cinco
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois; bloco "B", Edifício Via Office, térreo,
4 sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, Ana Sandra Fernandes Arcoverde
5 Nóbrega (CFP) deu início à Assembleia das Políticas, da Administração e das
6 Finanças (APAF). Ela justifica a ausência do Presidente do CFP, Rogério
7 Giannini (CFP), dizendo que ele está numa representação externa inadiável. O
8 Presidente está representando o CFP no Planejamento Estratégico do CNS e 317ª
9 Reunião Ordinária Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ana Sandra explica que,
10 por esse motivo, irão quebrar o protocolo do discurso de boas vindas que é
11 tradicionalmente feito pelo Presidente. Na sequência ela saúda os presentes,
12 dando boas vindas e ressalta que essa é uma APAF especial, considerando que
13 muitos delegados não estarão presentes na APAF de dezembro. Ana Sandra
14 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) solicitou indicação de nomes para a
15 composição da mesa diretora para os três dias de reunião, e fez destaque sobre o
16 horário de término da APAF no domingo, que será às 17h, conforme combinado
17 na última APAF. Voluntariaram-se para compor a mesa: Rodrigo Acioli Moura
18 (CRP 05), Fabrício Antônio Raupp (CRP 12), Rodrigo Toledo (CRP 06), Mariane
19 Teixeira Netto Rodrigues (CRP 07), Cleon Dos Santos Cerezer (CRP 07), Dalcira
20 Pereira Ferrão (CRP 04). Fizeram parte da mesa diretora, na sexta, Dalcira Ferrão
21 (CRP 04) e Ematuir Teles De Sousa (CRP 12). Ana Sandra Fernandes Arcoverde
22 Nóbrega (CFP) informa que essa é a primeira APAF a ter intérprete de libras. Na
23 sequência ela faz uma breve explicação de como é a dinâmica da reunião e por
24 fim dá início aos trabalhos. **1. DEFINIÇÃO DA ORDEM DOS PONTOS:** Ana
25 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) começa a reunião reordenando a
26 pauta e pergunta quem se inscreve. Pela ordem de inscrição começaram as
27 considerações por Carolina de Souza Walger (CRP 08) que sugere começar pelas
28 atas, depois os pontos administrativos financeiros (12; 13; 2.15; 21; 2.10; 15),
29 GTs (2.1; 2.9; 2.12; 2.14; 6; 2.7; 2.13; 2.4) seguidos pelos pontos 14, 18, 22 e 24
30 e então os demais pontos da pauta. Morgana Moreira Moura (CRP 18) sugere que
31 a divisão seja por dia, sendo na sexta (dezessete de maio): aprovação das atas,
32 pontos financeiros (12; 13; 14; 15; 2.10; 3; 4; 2.16; 2.1; 2.9). No sábado pela
33 manhã os pontos 16; 2.12; 2.4; 2.2; 2.15, depois do almoço começar o período da

34 tarde de sábado com os pontos 17 e 23. No domingo os pontos 18, 20 e depois
35 os demais GTs, seguidos pelos demais pontos. Norma Celiane Cosmo (CFP) pede
36 que o ponto Ouvidoria seja discutido junto com os pontos financeiros. Carolina
37 de Souza Walger (CRP 08) e Morgana Moreira Moura (CRP 18) conversaram e
38 chegaram a um consenso sobre a ordem da pauta. Ionara Vieira Moura Rabelo
39 (CRP 09) e João Paulo Lopes Coelho (CRP 11) acrescentam alguns pontos, que
40 consideram ser importantes, na ordem prioritária. Ana Sandra Fernandes
41 Arcoverde Nóbrega (CFP) pede que o plenário vote a ordem final definida pelo
42 coletivo, lembrando que a ordem será pela ordem dos pontos, e com destaque para
43 o ponto o GT de eleições que somente pode ser discutido no sábado à tarde,
44 porque é necessária a presença dos auditores, e eles estarão no CFP somente no
45 sábado à tarde. A ordem votada dos pontos foi: Sexta-feira (17 de maio de 2019):
46 A) Atas, B) Pontos Financeiros – Ponto 12: Prestação de Contas; Ponto 13: Teto
47 de Anuidades; Ponto 15: Ouvidoria; Ponto 2.15: GT TI; Ponto 21: Epsi; Ponto
48 16: Critérios dos Gts; Ponto 2.10: GT CIP; Pontos 3 e 4: Crepop; Ponto 2.1 –
49 POF; Ponto 2.9: Título de Especialista em Avaliação; Ponto 2.14 – Revisão
50 Resolução 13/2007. Sábado (18 de Maio de 2019): Ponto 18: EAD; Ponto 20:
51 Estágios; Ponto 2.12: TICs; Ponto 2.4: Álcool e Outras Drogas; Ponto 2.2: Res.
52 18/2002; Ponto 22: Parâmetros Assistência Psicológica em Contexto de Atenção
53 Primária, Secundária e Terciária em Saúde; Ponto 24: Avaliação para Porte de
54 Arma; Ponto 14: Eleições; Ponto 2.16: GT Eleições; Ponto 17: Nota da ABRAP-
55 Associação Brasileira de Psicoterapia; Ponto 23: Psicoterapia. Domingo (19 de
56 Maio de 2019) – Ponto 2.13: GT Mulheres; Demais Gts; Demais Pontos. Em
57 regime de votação, a nova ordem da pauta foi aprovada por unanimidade. Ana
58 Sandra lembra as regras operacionais em relação às falas dos delegados, impostas
59 pelo regulamento, pedindo a todos que tenham celeridade, para que todos os
60 pontos consigam ser apreciados. **2. APRECIÇÃO DAS ATAS DA APAF DE**
61 **DEZEMBRO DE 2018:** Delegações do ponto: CRP 01: Cristina Rosas Da Silva
62 e Leovane Gregório; CRP 02: José Hermes de Azevedo Júnior, Marcos Mucarbel
63 Júnior e Patrícia de Oliveira Guimarães; CRP 03: Darlane Silva Vieira Andrade,
64 Alessandra Santos de Almeida e Glória Maria Machado Pimentel; CRP 04:
65 Dalcíra Pereira Ferrão, Dêlcio Fernando Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas
66 Souza; CRP 05: Juraci Brito da Silva, Rodrigo Acioli Moura e Viviane Siqueira

Manoel
[assinatura]

PRE

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

67 Martins; CRP 06: Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Regiane
68 Aparecida Piva; CRP 07: Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto
69 Rodrigues e Silvana de Oliveira; CRP 08: Luciano Bugalski, João Baptista Fortes
70 de Oliveira e Elisa Mara Ribeiro Da Silva; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo
71 e Mayk Diego Gomes da Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta
72 Araújo Neto e Soraya Wivianne Braga Albim; CRP 11: Diego Mendonça Viana
73 e Emilie Fonteles Boesmans; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabricio Antônio
74 Raupp e Marcos Henrique Antunes; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e
75 Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e
76 Irma Macário; CRP 15: Laeuzza Lúcia da Silva Farias e Nilô Rosalvo Calheiros
77 Borba; CRP 16: Diemerson Saquetto e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro;
78 CRP 17: Camomila Lira Ferteira e Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Karina
79 Franco Moshage e Morgana Moreira Moura; CRP 19: Vánessa Ramalho Ferreira
80 Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP
81 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Cristianne Almeida Carvalho; CRP
82 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde
83 Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Norma Celiane Cosmo. A) Ata APAF - 1º
84 dia - 14/12/2018: Cristianne Almeida Carvalho (CRP 22) faz um destaque
85 pedindo que o nome do conselheiro Dannilo Halabé seja alterado em toda a ata,
86 pois ele está escrito erroneamente. No lugar de Danillo (com dois "i") colocar
87 Dannilo (com dois "n") em todas as atas da APAF de dezembro de 2018. B) Ata
88 APAF - 2º dia - 15/12/2018: Andréa Esmeraldo Câmara (CFP) faz um destaque
89 pedindo para alterar o nome da conselheira Maria Carolina Fonseca Barbosa
90 Ribeiro (CRP16), na linha 265, que este escrito erroneamente, pelo nome correto
91 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro. C) Ata APAF - 3º dia - 16/12/2018:
92 Não foi feito nenhum destaque para essa ata. Em regime de votação, as atas dos
93 três dias da APAF de dezembro de 2018 foram aprovadas por 50 votos favoráveis,
94 nenhum voto contrário e 03 abstenções. **3. PONTO FINANCEIRO |**
95 **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CFP - EXERCÍCIO 2018:** Delegações do
96 ponto: CRP 01: Cristina Rosas da Silva e Leovane Gregório; CRP 02: José
97 Hermes de Azevedo Júnior, Marcos Muçarbel Júnior e Patrícia de Oliveira
98 Guimarães; CRP 03: Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de
99 Almeida e Glória Maria Machado Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão,

100 Dêlcio Fernando Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Juraci
101 Brito da Silva, Rodrigo Ácioli Moura e Viviane Siqueira Martins; CRP 06:
102 Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Regiane Aparecida Piva; CRP 07:
103 Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de
104 Oliveira; CRP 08: Luciano Bugalski, João Baptista Fortes de Oliveira e Carolina
105 de Souza Walger; CRP 09: Karina Mendonça Santos e Mayk Diego Gomes da
106 Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Giane Silva
107 Santos Souza; CRP 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boesmans;
108 CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabrício Antônio Raupp e Marcos Henrique
109 Antunes; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Iany Cavalcanti da Silva
110 Barros; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Irma Macário; CRP 15:
111 Laeuzza Lúcia da Silva Farias e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP 16:
112 Diemerson Saquetto e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17:
113 Camomila Lira Ferreira e Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Karina Franco
114 Moshage e Morgana Moreira Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira
115 Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP
116 21: Juliana Barbosa Dias Maia e Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22:
117 Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana
118 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Norma
119 Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) faz uma breve leitura Regimento
120 Interno do CFP e do Regimento Interno da APAF lembrando aos presentes quais
121 são as obrigações do CFP e da APAF. Na sequência ela apresenta aos presentes
122 o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro,
123 Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa,
124 Comparativo da Receita, Comparativo da Despesa Empenhada, Notas
125 Explicativas às Demonstrações Contábeis e Demonstrações Contábeis. Ela
126 destaca que a arrecadação total de 2018 foi de R\$ 34.946.001,15 e que a
127 arrecadação da Cota-Parte, Cota Revista e os Fundos de 2018 foram de R\$
128 32.439.176,76. Norma menciona que as despesas totais do exercício de 2018
129 foram R\$ 34.069.187,77, sendo que R\$ 32.954.872,77 de despesa corrente e R\$
130 1.114.315,00 de despesa de capital com empréstimo aos regionais. Esse valor de
131 despesa total representa 88,31% da despesa fixada para o período. Norma Celiane
132 Cosmo (CFP) pontua ainda que as despesas realizadas no ano de 2018 sofreram

133 um acréscimo de 25,94% em relação à 2017. Ela encerra o ponto mostrando o
134 resultado orçamentário de 2018, destacando o saldo positivo de R\$ 1.486.338,18
135 de receita corrente em 2018 e o saldo negativo de R\$ 609.524,80 de receita de
136 capital em 2018. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) pergunta se
137 alguém quer se inscrever e ressalta que esse mesmo ponto foi discutido na reunião
138 de tesoureiros do dia anterior. Não houve inscritos. Em regime de votação, esse
139 ponto foi aprovado por unanimidade, sendo 53 votos a favor, não havendo votos
140 contras nem abstenções. **4. PONTO FINANCEIRO | TETO ANUIDADES 2020:**
141 Delegações do ponto: CRP 01: Cristina Rosas da Silva e Leovane Gregório;
142 CRP 02: José Hermes de Azevedo Júnior, Marcos Mucarbel Júnior e Patrícia de
143 Oliveira Guimarães; CRP 03: Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos
144 de Almeida e Glória Maria Machado Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão,
145 Délcio Fernando Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Juraci
146 Brito da Silva, Rodrigo Acioli Moura e Viviane Siqueira Martins; CRP 06:
147 Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Regiane Aparecida Piva; CRP 07:
148 Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de
149 Oliveira; CRP 08: Luciano Bugalski, João Baptista Fortes de Oliveira e Carolina
150 de Souza Walger; CRP 09: Karina Mendonça Santos e Mayk Diego Gomes da
151 Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Giane Silva
152 Santos Souza; CRP 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boesmans;
153 CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabrício Antônio Raupp e Marcos Henrique
154 Antunes; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Iany Cavalcanti da Silva
155 Barros; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Irma Macario; CRP 15:
156 Laeuzza Lúcia Da Silva Farias e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP 16:
157 Diemerson Saquetto e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17:
158 Camomila Lira Ferreira e Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Karina Franco
159 Moshage e Morganã Moreira Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira
160 Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP
161 21: Juliana Barbosa Dias Maia e Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22:
162 Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado De Oliveira; CFP:
163 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Norma
164 Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) apresenta o ponto aos presentes,
165 fazendo um breve histórico. Relembra a todos que, com base na lei 12.514/2011,

166 o Conselho Federal de Psicologia edita uma nova resolução anualmente
167 estabelecendo os valores máximos que os Conselhos Regionais podem cobrar de
168 anuidade no exercício seguinte. Fala ainda que o reajuste é baseado no INPC,
169 que é calculado pelo IBGE. Norma destaca que o índice acumulado de maio de
170 2018 a abril de 2019 foi de 5,07%. Assim, o teto de anuidade para pessoas físicas
171 ficou em R\$ 634,22 para 2019. Com o reajuste de 5,07% de INPC fica em R\$
172 666,40 para 2020 (já incluindo o Fundo de Seções). Para conhecimento do
173 plenário ela elucida que o Fundo de Seções que em 2019 é de R\$ 6,46 com o
174 reajuste de 5,07% de INPC fica em R\$ 6,79 para 2020. Norma Celiane Cosmó
175 (CFP) apresentou, na sequência, a tabela de anuidade para pessoa jurídica em
176 2020, de acordo com a faixa de capital social, sendo, como exemplo, R\$ 756,34
177 para capital social de até R\$ 50.000,00; R\$ 1.505,91 para capital social de R\$
178 50.000,00 a R\$ 200.000,00, e assim sucessivamente. Ana Sandra Fernandes
179 Arcoverde Nóbrega (CFP) pergunta se alguém quer se inscrever. Darlane Silva
180 Vieira Andrade (CRP 03) pede para que, assim que aprovado, esse teto seja mais
181 divulgado, a fim de gerar menos confusão entre a categoria. Em regime de
182 votação, esse ponto foi aprovado por 52 votos a favor, não havendo votos contras
183 nem abstenções. **5. PONTO FINANCEIRO | PROJETO OUVIDORIAS NOS**
184 **CRPS:** Delegações do ponto: CRP 01: Cristina Rosas da Silva e Leovane
185 Gregório; CRP 02: José Hermes de Azevedo Júnior, Marcos Mucarbel Júnior e
186 Patrícia de Oliveira Guimarães; CRP 03: Darlane Silva Vieira Andrade,
187 Alessandra Santos de Almeida e Gloria Maria Machado Pimentel; CRP 04:
188 Dalcira Pereira Ferrão, Délcio Fernando Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas
189 Souza; CRP 05: Juraci Brito da Silva, Rodrigo Acioli Moura e Viviane Siqueira
190 Martins; CRP 06: Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Regiane
191 Aparecida Piva; CRP 07: Fernanda Facchin Fioravanzo, Máriane Teixeira Netto
192 Rodrigues e Silvana de Oliveira; CRP 08: Luciano Bugalski, João Baptista Fortes
193 de Oliveira e Carolina de Souza Walger; CRP 09: Karina Mendonça Santos e
194 Mayk Diego Gomes da Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo
195 Neto e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Diego Mendonça Viana e Emilie
196 Fonteles Boesmans; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabrício Antonio Raupp
197 e Marcos Henrique Antunes; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Iany
198 Cavalcanti Da Silva Barros; CRP 14: Gláice Do Carmo Freitas Siqueira e Irma

199 Macario; CRP 15: Laeuzá Lúcia Da Silva Farias e Nilô Rosalvo Calheiros Borba;
200 CRP 16: Diemerson Saquetto e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP
201 17: Camomila Lira Ferreira e Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Karina Franco
202 Moshage e Morgana Moreira Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira
203 Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva De Oliveira; CRP
204 21: Juliana Barbosa Dias Maia e Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22:
205 Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana
206 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Norma
207 Celianê Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) relembra ao plenário que esse
208 ponto vem evoluindo e sendo apresentado na APAF desde maio de 2018. Ela
209 apresenta o ponto aos presentes, destacando que o CFP fez breve estudo no intuito
210 de que o Sistema Conselhos de Psicologia tenha as melhores práticas de
211 transparência, em respeito à Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e à Lei
212 de Direitos dos Usuários dos Serviços da Administração Pública (13.460/2017).
213 Nesse estudo foi verificado que a Ouvidoria do CFP recebe, em sua grande
214 maioria, demandas que são específicas dos regionais. Além disso, nesse estudo,
215 foi feita uma pesquisa com 10 (dez) Conselhos Federais de Classe: Conselho
216 Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Federal de Educação
217 Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Farmácia;
218 Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de
219 Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de
220 Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Serviço
221 Social. Nessa pesquisa levantaram a informação de que todos possuem Ouvidoria
222 ou Serviço de Atendimento ao Público. Em nenhum deles, o Conselho Federal
223 tem qualquer relação com os Serviços de Atendimento ao Público ou Ouvidorias
224 Regionais. Concluiu-se com esse levantamento que é importante pactuar com os
225 CRPs que o CFP não receba mais manifestações que dizem respeito aos regionais,
226 respeitando assim a autonomia administrativa e financeira dos CRPs e
227 preservando o papel de instância recursal do CFP. Para tanto, é necessário que os
228 CRPs tenham condições de absorver as demandas. Para que isso aconteça, é
229 imprescindível a implantação de Serviço de Atendimento ao Público ou Ouvidoria
230 nos CRs, sendo necessário que os CRPs avaliem a possibilidade de adquirir
231 software para a Ouvidoria, via conta divulgação e que os CRPs e CFP avaliem a

232 possibilidade de adquirir um 0800 nacional que direcione o usuário ao regional
233 adequado. Norma Cosmo (CFP) destaca que a equipe de TI do CFP está buscando
234 alternativas de ferramentas públicas e gratuitas prioritariamente, sendo que a
235 compra de software seria a última opção. Assim, as demandas a serem decididas
236 nessa APAF são: Conferir com os CRPs se eles concordam com a sugestão de se
237 responsabilizarem pelas demandas regionais que vêm equivocadamente para o
238 CFP; autorizar o uso de recurso da Conta Divulgação para, se for o caso, adquirir
239 um 0800 nacional que poderá ser utilizado pelos CRPs e CFP e para a aquisição
240 sistemas de ouvidorias, caso os públicos e gratuitos não atendam a demanda do
241 Sistema e criar um GT para elaborar uma resolução que regulamente a existência
242 de uma Ouvidoria e/ou Canal de Atendimento ao Público nos Conselhos Regionais
243 e Federal. Carolina de Souza Walger (CRP 08) destaca a importância da ouvidoria
244 nos regionais e federal, e pede que o departamento de TI participe dessa
245 discussão, por ser uma questão de sistema. Ela menciona que o 0800 a preocupa,
246 pois ele pode implicar na contratação de mais funcionários para atender a
247 demanda desse canal. Ela concorda com a importância das Ouvidorias e/ou
248 Canais de Atendimento ao Público nos regionais, mas lembra que a categoria tem
249 a liberdade de ela ligar para CFP ou CRP, da maneira que acharem mais
250 conveniente. Frente a isso, o ideal seria pensar numa estratégia de divulgação e
251 conscientização da categoria. Diego Mendonça Viana (CRP 11) relata que há
252 dois anos possuem ouvidoria via email no regional e que nesse momento eles
253 estão começando a avaliar os sistemas que existem no mercado. Ele destaca a
254 necessidade de conscientizar a categoria sobre as instâncias corretas que devem
255 ser acionadas, e até mesmo de ficar definido que o CFP não irá recepcionar
256 demandas que são dos regionais, mas sim direcionar a pessoa para o regional. Ele
257 ainda sugere que os regionais comecem por formatos mais simples, como email,
258 e depois evoluam para os sistemas. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
259 (CRP 16) destaca que a maior parte das reclamações que chegam na ouvidoria do
260 CRP 16 são referentes à COE/COF, além de questionamentos sobre a conduta do
261 regional. Ressalta a importância de alinhar os trâmites entre os regionais.
262 Rodrigo Tolêdo (CRP 06): Destaca que o CRP de SP tem preocupação do impacto
263 que uma ouvidoria teria na estrutura deles. Na sua opinião, o ideal seria manter a
264 maneira que existe hoje, com o CFP recepcionando as demandas, para

265 posteriormente ser feita a implantação das Ouvidorias regionais, quando estiver
266 definida a estrutura de todo o Sistema Conselhos. Outra preocupação dele é a
267 questão da aquisição do sistema que seria utilizado. Viviane Siqueira Martins
268 (CRP 05) concorda com a importância de uma Ouvidoria Regional, mas destaca
269 que é necessário se pensar e estabelecer como será o funcionamento de cada
270 regional para operacionalizar o 0800, para que ele funcione de maneira eficaz.
271 Ela ressalta a importância da criação de um GT para avaliar todos os impactos,
272 bem como poderia ser feita a implantação nos CRPs. Mariane Teixeira Netto
273 Rodrigues (CRP 07) relata que o CRP 07 já possui um sistema de ouvidoria
274 instalado via 0800. Ela traz as dificuldades reais que eles encontram nesse
275 sistema de recepção de demandas, como por exemplo o fato de os usuários não
276 saberem quem é a instância correta que deve ser acionada. Ela destaca a
277 importância da participação da TI no GT a ser criado, uma vez que eles possuem
278 conhecimento maior das soluções existentes no mercado. Ela ainda reforça a fala
279 da Carolina Walger do CRP 08 sobre a necessidade de se fazer campanhas de
280 conscientização para orientar a categoria sobre o sistema de ouvidoria. Leomar
281 Santana (TI/CFP) destaca que o objetivo da implantação de um 0800 nacional é o
282 de automatizar a recepção e o direcionamento de demandas de forma eficiente e
283 eficaz. Ele acredita que nesse primeiro momento não será necessária a
284 contratação de novos funcionários, uma vez que ele pode ser operado pelos
285 funcionários já existentes. Encaminhamentos do ponto: A) Acordo de que o CFP
286 não receba mais, na Ouvidoria, demandas cuja instância correta seja regional; B)
287 Será criado um GT para elaboração de estratégia de implantação das ouvidorias
288 nos regionais, bem como para a avaliação e escolha de software a ser utilizado;
289 C) Que este GT terá a participação de funcionário(s) da gerência de TI do CFP;
290 D) Esse GT deve também fazer um levantamento de como funciona e como é a
291 estrutura das ouvidorias já em funcionamento nos CRPs; E) Esse GT deverá
292 analisar como os regionais deverão se estruturar para que as demandas sejam por
293 eles absorvidas e não cheguem equivocadamente ao CFP; F) Que a
294 regulamentação seja feita em parceria com as COEs; G) Que seja criada e
295 veiculada uma campanha de conscientização desse novo canal de comunicação, a
296 fim de lembrar/conscientizar a categoria sobre as dinâmicas de contato com as
297 instâncias corretas; H) Enviar todos os apontamentos feitos acima para o GT de

298 TI que irá absorver o tema da Ouvidoria; I) Caso haja necessidade de aquisição
299 de software para implantação de um 0800 nacional, com autoatendimento que
300 direcione as demandas, ele será custeado com recursos da Conta Divulgação, mas
301 é necessário passar novamente pela avaliação da APAF. Em regime de votação,
302 esse ponto foi aprovado por 53 votos favoráveis, não havendo votos contras nem
303 abstenções. **6. PONTO FINANCEIRO | GRUPO DE TRABALHO DA APAF –**
304 **GT DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Delegações do ponto: CRP 01:
305 Cristina Rosas da Silva e Leovane Gregório; CRP 02: José Hermes de Azevedo
306 Júnior, Marcos Mucarbel Júnior e Patrícia de Oliveira Guimarães; CRP 03:
307 Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de Almeida e Glória Maria
308 Machado Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Délcio Fernando Guimarães
309 Pereira e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Juraçí Brito da Silva, Rodrigo
310 Acioli Moura e Viviane Siqueira Martins; CRP 06: Luciana Stoppa dos Santos,
311 Rodrigo Toledo e Regiane Aparecida Piva; CRP 07: Fernanda Facchin
312 Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de Oliveira; CRP 08:
313 Luciano Bugalski, João Baptista Fortes de Oliveira e Carolina de Souza Walger;
314 CRP 09: Karina Mendonça Santos e Mayk Diego Gomes da Glória Machado;
315 CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Giane Silva Santos Souza; CRP
316 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boesmans; CRP 12: Ematuir Teles
317 de Sousa, Fabrício Antônio Raupp e Marcos Henrique Antunes; CRP 13: Helga
318 Cristine Maciel Hofmann e Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14: Glace do
319 Carmo Freitas Siqueira e Irma Macário; CRP 15: Laeuzia Lúcia da Silva Farias
320 e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP 16: Diemerson Saquetto e Maria Carolina
321 Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17: Camomila Lirã Ferreira e Rodrigo Costa de
322 Oliveira; CRP 18: Karina Franco Moshage e Morgana Moreira Moura; CRP 19:
323 Vanessa Ramalho Ferreira Strauch; CRP 20: Gibson Alves Dos Santos e Magaly
324 Silva de Oliveira; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia e Danilo Camuri Teixeira
325 Lopes; CRP 22: Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de
326 Oliveira; CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo
327 Câmara e Norma Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) informa que esse
328 ponto foi solicitado pelo CFP com o objetivo de apresentar as atividades
329 realizadas por cada GT da APAF, durante o período de dezembro de 2018 a maio
330 de 2019. Norma dá início ao ponto apresentando os CRPs que fazem parte desse

331 GT, sendo o 01, 04, 05, 06, 15 e CFP. Na sequência ela relembra o objetivo deste
332 GT, que é propor soluções que sejam aplicadas a todos os entes do Sistema
333 Conselhos de Psicologia, respeitando a realidade de cada um. Depois disso ela
334 apresentou a linha do tempo de trabalho do GT. Ela demonstra que foram
335 realizadas vinte e oito reuniões entre Janeiro/2018 e Maio/2019. Ela relembra
336 que a APAF de Dezembro/2018 aprovou a realização de seminários nacionais para
337 compartilhamento dos softwares e boas práticas que vem sendo utilizados pelos
338 CRPs. O GT propõe que participem deste seminário um representante do plenário
339 e mais dois representantes dos CRs, sendo um da secretaria e outro do financeiro
340 ou administrativo. Nesse seminário haverá uma palestra, e também espaço para
341 exposição de dificuldades, troca de experiências nos processos operacionais dos
342 CRPs. Outro ponto trazido aos presentes pela Norma (CFP) foi Atos Oficiais.
343 Ela relembra que a APAF de Dezembro/2018 autorizou a realização de estudos
344 para a adoção desta ferramenta para o Sistema Conselhos de Psicologia, que
345 atualmente possui cerca de 3.000 documentos, resoluções e portarias, publicadas
346 em seus sites. O custo de implantação do Atos Oficiais nos 24 regionais será de
347 R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) mensais, perfazendo o total de R\$
348 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais) anual. Nesse momento ela fala
349 um pouco sobre o Plano Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI)
350 destacando que o TCU cobra cada vez mais que os conselhos de fiscalização
351 possuam Gestão da Tecnologia da Informação. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
352 Nóbrega (CFP) pergunta se alguém quer se inscrever. Rodrigo Acioli Moura
353 (CRP 05) ressalta a importância da continuidade do trabalho do GT diante de
354 todos os pontos apresentados. Ele questiona se já existe um calendário de
355 implantação do SEI nos regionais. Destaca ainda a importância da construção de
356 um diálogo mais transparente com a categoria. Rodrigo fecha sua fala reforçando
357 a ideia de que esse estudo de viabilidade contemple as especificidades de cada
358 CRP, não só por conta do seu tamanho, mas principalmente pelas demandas
359 específicas e realidades de sua região. Os encaminhamentos propostos para esse
360 ponto, a serem votados pelo plenário são: A) Articulação entre todos os Grupos
361 de Trabalhos que envolvem assuntos de TI; B) Elaboração da Programação do
362 Seminário Nacional; C) Participação no Seminário Nacional de um representante
363 do plenário e mais dois representantes dos CRs, sendo um da secretaria e outro

364 do financeiro ou administrativo; D) Elaboração de um cronograma de
365 implantação do SEI nos regionais; E) Acompanhamento, pelo GT, da elaboração
366 do Plano Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI) com política de dados e
367 informação que proporcione a circulação de dados bem como o diálogo
368 transparente com a categoria; F) Aprovação do custo de implantação do Atos
369 Oficiais nos 24 Regionais será de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
370 mensais, perfazendo o total de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos
371 reais) por ano; G) Apreciar a continuidade dos trabalhos do GT. H) Que o GT
372 contemple sempre, em suas decisões, as especificidades de cada CRP, não só por
373 conta do seu tamanho, mas principalmente pelas demandas específicas e
374 realidades de sua região. Em regime de votação, esse ponto (prestação de contas
375 e encaminhamentos apresentados) foi aprovado por 53 votos favoráveis, não
376 havendo votos contras nem abstenções. **7. PLATAFORMA E-PSI:** Delegações
377 do ponto: CRP 01: Cristina Rosas da Silva e Leovane Gregório; CRP 02: José
378 Hermes de Azevedo Júnior, Marcos Mucarbel Júnior e Patrícia de Oliveira
379 Guimarães; CRP 03: Darlane Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de
380 Almeida e Glória Maria Machado Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão,
381 Dêlcio Fernando Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Juraci
382 Brito da Silva, Rodrigo Acioli Moura e Viviane Siqueira Martins; CRP 06:
383 Luciana Stoppa dos Santos, Rodrigo Toledo e Regiane Aparecida Piva; CRP 07:
384 Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Silvana de
385 Oliveira; CRP 08: Luciano Bugalski, João-Baptista Fortes de Oliveira e Carolina
386 de Souza Walger; CRP 09: Karina Mendonça Santos e Mayk Diego Gomes da
387 Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Giane Silva
388 Santos Souza; CRP 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boesmans;
389 CRP 12: Ematuir Teles De Sousa, Fabricio Antônio Raupp e Marcos Henrique
390 Antunes; CRP 13: Helga Cristine Maçiel Hofmann e Iany Cavalcanti da Silva
391 Barros; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Irma Macário; CRP 15:
392 Laeuzza Lúcia da Silva Farias e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP 16:
393 Diemerson Saquetto e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17:
394 Camomila Lira Ferreira e Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Karina Franco
395 Moshage e Morgana Moreira Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira
396 Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP

397 21: Juliana Barbosa Dias Maia e Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22:
398 Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana
399 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Norma
400 Celiane Cosmo. Norma Celiane Cosmo (CFP) abre o ponto pedindo que a
401 integrante desse GT fizesse os apontamentos discutidos pelo GT. Carolina de
402 Souza Walger (CRP 08) abre sua fala pontuando que a plataforma E-PSI foi
403 criada, conforme Resolução CFP 11/2018, que regulamenta a prestação de
404 serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da
405 comunicação (TICs). Ela traz para o plenário uma preocupação sobre o fato de
406 que o profissional inadimplente não pode se cadastrar nessa plataforma, mesmo
407 não existindo nenhuma resolução do Sistema Conselhos que determine isso.
408 Assim, atualmente, o fator adimplência/inadimplência na plataforma vem sendo
409 alterado manualmente, para que os profissionais inadimplentes possam utilizar o
410 E-PSI. Ela traz para a discussão a possibilidade de alterar a plataforma para que
411 os inadimplentes possam utilizá-la, ou então, a possibilidade de se editar a
412 resolução que trata do assunto, para deixar explícito que os profissionais
413 inadimplentes não podem atender por meio dessa modalidade. Ana Sandra
414 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) pergunta se alguém quer se inscrever.
415 Regiane Aparecida Piya (CRP 06) pontua que em São Paulo eles vivem essa
416 mesma situação e que no estado já existe jurisprudência em relação a isso, dizendo
417 que o CRP não pode usar a inadimplência para impedir a(o) psicóloga(o) de atuar
418 nessa modalidade. Ela destaca que a procura está tão grande que o tempo de
419 espera está longo naquele regional. Ela defende que a adimplência não seja levada
420 em consideração para permitir ou não o cadastramento da(o) psicóloga(o) na
421 plataforma. Diego Mendonça Viana (CRP 11) relembra ao plenário porque esse
422 critério de adimplência foi definido para a permissão ou não do uso do E-PSI.
423 Ele defende que o atendimento on line é algo complementar à atuação da(o)
424 psicóloga(o), bem como a utilização do Título de Especialista. Por esse motivo,
425 e ainda, fundamentado na resolução do título de especialista e no Artigo 50 do
426 Decreto 79822/77 que regulamenta a lei 5766/71, que diz que o pagamento da
427 anuidade ao Conselho Regional constitui condição de legitimidade do exercício
428 da profissão, é que essa condição ficou definida. Ele destaca que essa condição
429 é totalmente legal e que essa explicação pode ser encontrada na resolução

430 comentada. Viviane Siqueira Martins (CRP 05) diz que essa questão da
431 adimplência foi bastante discutida no CRP, mas que eles acham que seria
432 interessante ter na Resolução 011/18 uma indicação explícita sobre a
433 inadimplência, não deixando a cargo de cada regional. Assim isso já ficaria
434 evidenciado para a categoria e unificado para todos os regionais. Dalcira Pereira
435 Ferrão (CRP 04) concorda com a fala do Diego Viana do CRP 11. Além disso,
436 ela destaca que existe uma lacuna entre o pagamento da anuidade e o
437 aparecimento na plataforma E-PSI. Carolina de Souza Walger (CRP 08) inicia
438 sua fala dizendo que respeita o trabalho do GT e a explicação do Diego Mendonça
439 Viana (CRP 11), mas alerta para um fato que ela acredita ser um problema. Ela
440 menciona que foi aprovada a Resolução CFP 011/2018, que diz que os critérios
441 para cadastro na plataforma E-PSI serão definidos por cada CRP, mas ela aponta
442 que a plataforma contradiz essa resolução, quando coloca que a adimplência é
443 fator condicionante para inscrição ou não. Ela reforça que os CRPs possuem
444 respaldo legal para cobrar as adimplências dos profissionais, mas o entendimento
445 do plenário do CRP 08 é que, quando você impede um profissional de trabalhar,
446 você está impedindo a possibilidade de ele ganhar dinheiro, o que ela considera
447 ser uma restrição de liberdade. Ela fecha a fala dizendo que, para eles do CRP
448 08, a plataforma E-PSI deve ser coerente com a resolução, deixando cada um dos
449 CRPs deliberar e decidir pelos seus critérios de inscrição. Ana Sandra Fernandes
450 Arcoverde Nóbrega (CFP) destaca que existe uma questão de mérito, pois existem
451 duas posições bem distintas no plenário. Uma para que o sistema continue não
452 permitindo cadastrar pessoas inadimplentes e a outra para que cada regional
453 decida seus critérios de inscrição na plataforma. Diego Mendonça Viana (CRP
454 11) destaca que na resolução 011/2018 a exigência da adimplência já existe nas
455 entrelinhas, mas não está explícita. Ele destaca que na abertura da resolução
456 existe uma menção de que os termos da resolução devem respeitar a Lei 5766 e
457 os decretos que a regem. Diego sugere, então, que seja explicitado na resolução
458 011/2018 a questão da adimplência ser critério de inscrição na plataforma.
459 Carolina de Souza Walger (CRP 08) relembra que foi definido numa APAF que
460 cada regional teria autonomia para definir os critérios de inscrição na plataforma
461 E-PSI, conforme consta na Resolução 011/2018. Ela registra a preocupação de
462 que, estabelecendo esse critério da adimplência como condição para registro, o

463 Sistema Conselhos estará cerceando o direito de a pessoa exercer sua profissão.
464 Ela registra que existem inúmeros meios de se cobrar a adimplência, mas que esse
465 é um caminho bem perigoso. João Baptista Fortes de Oliveira (CRP 08) diz que
466 na opinião dele, não se trata da clareza da Resolução 011/2018, mas sim da
467 necessidade de revê-la, retirando o impedimento do exercício profissional ou
468 então dar aos regionais a autonomia para fazer sua resolução específica com suas
469 respectivas interpretações e de acordo com sua realidade. Rodrigo Costa de
470 Oliveira (CRP 17) ratifica a posição do Diego Viana do CRP 11. Ele propõe
471 pautar a mudança da Resolução 011/2018 para a APAF de dezembro de 2019, para
472 deixar explícita a necessidade de estar adimplente para se cadastrar no E-PSI.
473 Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP 09) também ratifica a posição do
474 Diego Viana do CRP 11, pois o receio dele é permitir a atuação de psicólogas(os)
475 sem o vínculo com a adimplência, o que poderia a longo prazo caracterizar um
476 risco de os CRPs perderem receita. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) destaca
477 sua preocupação com o impeditivo vinculado ao fator adimplência para a atuação
478 da(o) psicóloga(o), considerando que isso já foi bastante discutido no GT de
479 tesoureiros. Ela acha de suma importância respeitar a relação com a categoria,
480 nessa linha que vem sendo seguida pelo Sistema Conselhos até hoje. Mariane
481 Teixeira Netto Rodrigues (CRP 07) destaca que existe a necessidade de manter a
482 coerência das ações. Ela exemplifica que, se mudarmos as regras para o E-PSI
483 também existe a necessidade de alterar, por exemplo, as regras para atuação de
484 Título de Especialista. Ela finaliza a fala dizendo suas ponderações são apenas
485 para instigar o plenário a refletir sobre esse assunto. Maria Carolina Fonseca
486 Barbosa Roseiro (CRP 16) solicita a fala para fazer uma proposta de
487 encaminhamento, uma vez que ela acredita haver uma incoerência nos dois
488 encaminhamentos: 1) debate em relação à adimplência 2) isso pode ser feito de
489 forma autônoma pelos regionais? Para ela a proposta do Rodrigo Costa de
490 Oliveira do CRP 17 foi a mais adequada a ser votada no momento. Diego
491 Mendonça Viana (CRP 11) diz que se é para manter o princípio de coerência da
492 autonomia de cada regional sobre multas, ele retira a proposta feita previamente,
493 desde que fique explícito na proposta da Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
494 do CRP 16 que os Regionais nas suas resoluções deixem explícitas as
495 justificativas para a exigência ou não da adimplência como um fator

496 condicionante à inscrição na plataforma. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
497 Nóbrega (CFP) pergunta se Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17) retira a proposta
498 dele e apoia a proposta do Diego, com o adendo de que o sistema não bloqueie
499 a(o) psicóloga(o), mas notifique o CRP sobre esta inadimplência. Os
500 encaminhamentos propostos para esse ponto foram: A) Que o sistema se adeque
501 à previsão da Resolução 011/2018 de que os critérios, no que tange à adimplência
502 para fins de registro, sejam definidos por cada regional; B) As justificativas para
503 a exigência ou não devem estar previstas em resolução regional, garantindo a
504 autonomia dos CRPs; C) Que o sistema não bloqueie a(o) psicóloga(o), mas
505 notifique o CRP sobre a inadimplência. Em regime de votação, todos os
506 encaminhamentos desse ponto foram aprovados por 47 votos favoráveis, 2 votos
507 contrários e 4 abstenções. **8. CRITÉRIOS PARA CRIAÇÃO E**
508 **FUNCIONAMENTO DOS GTS DE APAF:** Delegações do ponto: CRP 01:
509 Cristina Rosas da Silva e Andreza Sorrentino; CRP 02: José Hermes de Azevedo
510 Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de Jesus Moura; CRP 03: Darlane
511 Silva Vieira Andrade, Alessandra Santos de Almeida e Glória Maria Machado
512 Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Dêlcio Fernando Guimarães Pereira
513 e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Juraci Brito da Silva, Viviane Siqueira
514 Martins e Mônica Valéria Affonso Sampaio; CRP 06: Luciana Stoppa dos Santos,
515 Rodrigo Toledo e Beatriz Borges Brambilla; CRP 07: Fernanda Facchin
516 Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Cleon dos Santos Cerezer; CRP
517 08: João Baptista Fortes de Oliveira, Elisa Mara Ribeiro da Silva e Carolina de
518 Souza Walger; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo e Mayk Diego Gomes da
519 Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Soraya
520 Wivianne Braga Albim; CRP 11: Diego Mendonça Viana e João Paulo Lopes
521 Coelho; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabrício Antônio Raupp e Joseane de
522 Oliveira Luz; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da
523 Silva; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Irma Macário; CRP 15:
524 Laeuzza Lúcia da Silva Farias e Zaíra Rafaela Lyra Mendonça; CRP 16:
525 Diemerson Saquetto e Tammy Andrade Motta; CRP 17: Rafael Ribeiro Filho e
526 Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18: Morgana Moreira Moura e Zeni Luersen;
527 CRP 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20: Magaly Silva de Oliveira e
528 Regina Célia Pereira da Silva; CRP 21: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP

529 22: Cristianne Almeida Carvalho; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP:
530 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Clarissa
531 Paranhos Guedes. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) relembra que na APAF de
532 maio de 2018 foram apresentadas sugestões para criação e funcionamento dos
533 GTs da APAF. O ponto foi discutido e houve contribuições da Assembleia. Essas
534 contribuições foram incorporadas e foi criada uma minuta de Portaria. Antes de
535 efetuar a leitura ela apresenta um quadro com as participações de cada CRP nos
536 GTs da APAF. Nesse momento Clarissa procede à leitura da minuta para
537 avaliação do plenário. Durante a leitura, foram solicitados inúmeros destaques.
538 Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07) levanta a dúvida sobre esse documento ser
539 uma portaria ou uma resolução. O jurídico do CFP explica que alguns
540 instrumentos podem ser utilizados, como instrução normativa e portaria. Cada
541 uma possui um caráter próprio. Por isso foi entendido que a Portaria é o
542 instrumento mais adequado a esse caso. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09)
543 sugere que seja inserido "Considerando o Regimento da APAF (Resolução CFP
544 nº 03/2012)" nessa resolução. Diemerson Saquetto (CRP 16) questiona o artigo
545 4º da Resolução, que versa sobre a composição dos GTs. Ele sugere que seja
546 incluída mais uma vaga para a região sudeste. Viviane Siqueira Martins (CRP
547 05) também sugere que no artigo 4º seja inserida mais uma vaga para o sudeste,
548 bem como a inclusão de um parágrafo único para que se avalie caso a caso a
549 composição do GT, a depender da sua temática e complexidade. Danilo Camuri
550 Teixeira Lopes (CRP 21) destaca que ele entende a questão da densidade
551 populacional, mas destaca a complexidade e peculiaridade dos CRPs do nordeste,
552 por exemplo. A proposta dele é manter o texto como está na resolução. Rodrigo
553 Costa de Oliveira (CRP 17) sugere manter o texto original e adicionar o parágrafo
554 único para que se avalie caso a caso a composição do GT, a depender da sua
555 temática e da sua complexidade. Cristianne Almeida Carvalho (22) endossa a
556 proposta o Rodrigo de Oliveira do CRP 17. Beatriz Borges Brambilla (06)
557 destaca que é necessário diferenciar o que realmente é um GT ou uma comissão
558 permanente de processos administrativos e políticos. Depois de uma breve
559 explicação, Ana Sandra Arcoverde Nóbrega (CFP) diz que a proposta dela,
560 Beatriz, transcende a discussão que está sendo feita no momento. Beatriz retira
561 sua proposição. Clarissa Guedes Paranhos (CFP) explica que essas ideias eram

562 as ideias originais, e que elas apenas não estavam presentes em um documento
563 formal. Ela explica brevemente a linha de pensamento que levou o GT a redigir
564 o parágrafo quarto da maneira que está na minuta. Clarissa Guedes (CFP) explica
565 que por experiência, quanto maior for o GT, mais difícil fica a dinâmica de
566 trabalho dele, por questões de agenda, por exemplo. Ela explica que considerou
567 um representante a mais para as regiões norte e nordeste por conta das
568 características de território de cada uma delas, mas a regra é um representante de
569 cada região mais o CFP. Ana Sandra Nóbrega (CFP) consulta as pessoas que se
570 inscreveram sobre a manutenção ou retirada das propostas acima colocadas. Além
571 disso ela relembra ao plenário a função de um GT e todas as discussões que já
572 foram feitas para se chegar a essa minuta de Portaria. Aconteceram outras
573 manifestações e por fim os encaminhamentos do ponto foram: A) inserir na
574 sessão dos "Considerandos" da minuta de Portaria, no segundo item
575 "Considerando a necessidade de criação de grupos de trabalhos - GTs para
576 cumprirem tarefas..."; B) inserir na sessão dos "Considerandos": "Considerando
577 a Resolução CFP nº 03/2012 que estabelece o Regimento Interno da APAF bem
578 como o Art. 2º, §2º"; C) Substituir o artigo segundo pela redação "Os GTs são
579 instâncias internas de debates, estudos e construção de propostas, não tendo
580 autonomia para deliberação e/ou ações políticas externas. Ele depende da
581 aprovação da APAF e deve executar o que esta Assembleia determina. As
582 decisões cabem à APAF." Não houve proposta contrária. Aprovado sem votação.
583 D) No artigo quarto sugestão de manter o texto original venceu a votação por 37
584 votos a favor a 8 votos contra; e) No artigo quinto manter o termo
585 "obrigatoriamente" no que se refere aos conselheiros. Substituir "colaboradores
586 podem ser consultados" por "podem ser indicados". Não teve proposta contrária.
587 Alterações aprovadas sem votação. F) Reescrever o artigo sexto para "Na
588 composição de novo GT, caso haja mais de um CRP por região interessado em
589 compor o GT, a APAF deve observar a distribuição dos Conselhos Regionais de
590 Psicologia nos GTs já existentes, utilizando como critério de escolha a
591 distribuição de GTs por regional para garantir a igualdade de representativa entre
592 os CRPs." Alteração aprovada sem votação. G) No artigo doze alterar "podendo
593 ser prorrogado por mais uma APAF" por "podendo ser prorrogado por deliberação
594 da APAF". Não houve proposta contrária. Alteração aprovada sem votação. H).

595 Excluir o artigo quinze pois ele está repetido. Não houve proposta contrária.
596 Alteração aprovada sem votação. I) Excluir o artigo dezessete. Não houve
597 proposta contrária. Alteração aprovada sem votação. J) Suprimir o artigo dezoito
598 e dezenove, substituindo esses dois artigos pela nova redação "As reuniões dos
599 GTs devem considerar o princípio da economicidade e priorizar o uso de TICs.
600 Os encontros presenciais, quando necessários, devem ser justificados de acordo
601 com o plano de trabalho. As atividades do GT serão custeadas pela conta da cota
602 revista (conta divulgação) e a infraestrutura e a coordenação do GT serão de
603 responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia." Alteração de texto
604 aprovadas por cinquenta votos a favor, nenhum contra e três abstenções. Todos
605 os encaminhamentos desse ponto foram aprovados conforme votações
606 mencionadas. Logo na sequência Clarissa Paranhos Guedes (CFP) fez a
607 apresentação do modelo de relatório de trabalho dos GTs. Relatório aprovado por
608 unanimidade. **9. ESTUDO E ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE**
609 **IMPLANTAÇÃO DE NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**
610 **DE PSICÓLOGO (CIP):** Delegações do ponto: CRP 01: Cristina Rosas da
611 Silva e Andreza Sorrentino; CRP 02: José Hermes de Azevedo Junior, Patrícia
612 de Oliveira Guimarães e Maria de Jesus Moura; CRP 03: Darlané Silva Vieira
613 Andrade, Glória Maria Machado Pimentel e Renan Vieira de S. Rocha; CRP 04:
614 Dalcira Pereira Ferrão, Túlio Louchard Picinini Teixeira e Rita de Cássia de
615 Araújo Almeida; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Mônica Valéria Affonso
616 Sampaio e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Rodrigo (Pedro Paulo Bicalho)
617 Toledo, Maria Rozinetti Gonçalves e Regiane Aparecida Piva; CRP 07: Fernanda
618 Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues e Cleon dos Santos
619 Cerezer; CRP 08: Carolina de Souza Walger, Luciano Bugalski e Iara Laís Raittz
620 Baratieri Omar; CRP 09: Handerssen Shouzo Abe e Mayk Diego Gomes da
621 Glória Machado; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Soraya
622 Wivianne Braga Albim; CRP 11: Diego Mendonça Viana e João Paulo Lopes
623 Coelho; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Fabricio Antônio Raupp e Joseane de
624 Oliveira Luz; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque Da
625 Silva; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Irma Macário; CRP 15:
626 Laeuzia Lúcia da Silva Farias e Zaíra Rafaela Lyra Mendonça; CRP 16: Maria
627 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro e Tammy Andrade Motta; CRP 17: Rodrigo

628 Costa de Oliveira e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Morgana Moreira Moura e
629 Zeni Luersen; CRP 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20: Maria das Graças
630 Mendonça Sales e Regina Célia Pereira Da Silva; CRP 21: Juliana Barbosa Dias
631 Maia; CRP 22: Railson de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de
632 Oliveira; CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo
633 Câmara e Clarissa Paranhos Guedes. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) faz um
634 breve histórico do Grupo de Trabalho da Nova Carteira de Identidade Profissional
635 - GT da Nova CIP. Na sequência ela apresenta o cronograma de trabalho desse
636 GT para o ano de 2019, que culminará em Outubro com o início da produção das
637 novas carteiras. Em relação à Inscrição Secundária ela comenta que, conforme
638 decidido na APAF de dezembro de 2018, eles fizeram um estudo nos regionais e
639 concluiu-se que é necessário manter a existência dela. No entanto, verificaram
640 que é necessário padronizar o processo no Sistema Conselhos, por meio de uma
641 resolução. Ela propõe pautar essa minuta de resolução na APAF de dezembro de
642 2019, bem como a recomposição desse GT. Além disso, Clarissa sugere que, para
643 ampliar a discussão sobre esse tema, este ponto seja incluído na próxima reunião
644 de COE/COF, uma vez que acreditam ser necessário padronizar a avaliação e a
645 concessão de inscrição secundária em todos os CRs. Encaminhamentos do ponto:
646 A) Apreciação da continuidade do GT. Aprovada a continuidade dos
647 trabalhos. B) Apreciação da possibilidade de inclusão do ponto sobre inscrição
648 secundária no Encontro de COE/COF. Aprovada a inclusão. C) Permissão para
649 construção de uma minuta de resolução sobre inscrição secundária para apresentar
650 na APAF de dezembro. Aprovada a elaboração da minuta e pautá-la para a APAF
651 de dezembro de 2019. D) Recompôr o GT. GT recomposto por: CFP, CRP-05,
652 CRP-07, CRP-18, CRP-19 (no lugar do CRP-03), CRP-20. Todos os
653 encaminhamentos foram aprovados pelo plenário por unanimidade sem votação.
654 **10. CREPOP - EDITAL DE FOMENTO AOS CRPS:** Delegações do ponto:
655 CRP 01: Leovane Gregório e Cássia da Silva Relva; CRP 02: José Hermes de
656 Azevedo Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de Jesus Moura; CRP 03:
657 Darlane Silva Vieira Andrade, Gloria Maria Machado Pimentel e Renan Vieira de
658 S. Rocha; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Túlio Louchard Picinini Teixeira e
659 Rita de Cássia de Araújo Almeida; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Mônica
660 Valéria Affonso Sampaio e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Beatriz Borges

661 Brambilla, Maria Rozineti Gonçalves e Regiane Aparecida Piva; CRP 07:
662 Fernanda Facchin Fioravanzo, Silvana de Oliveira e Cleon dos Santos Cézezer;
663 CRP 08: Carolina de Souza Walger, Luciano Bugalski e Iara Laís Raittz Baratiêri
664 Omar; CRP 09: Mayk Diego Gomes da Glória Machado e Handerssen Shouzo
665 Abe; CRP 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Soraya Wivianne Braga
666 Alvim; CRP 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boësmans; CRP 12:
667 Ematuir Teles de Sousa, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane de Oliveira
668 Luz; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da Silva; CRP
669 14: Marilene Kovalski e Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli; CRP 15:
670 Laeuzza Lúcia da Silva Farias e Zaíra Rafaela Lyra Mendonça; CRP 16: Maria
671 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro e Tammy Andrade Motta; CRP 17: Camomila
672 Lira Ferreira e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Morgana Moreira Moura e Zeni
673 Luersen; CRP 19: Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP 20: Maria das
674 Graças Mendonça Sales; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Railson
675 de Oliveira Rodrigues; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana Sandra
676 Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Clarissa Paranhos
677 Guedes. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) inicia sua fala informando ao plenário
678 que vai mudar a forma de convênio para manutenção das atividades do CREPOP.
679 Ela menciona que antes era via reembolso e que a partir de agora será via edital.
680 Para aqueles que podem solicitar esse apoio, será via edital precedendo as
681 atividades. Ana Sandra Nóbrega (CFP) destaca que essa mudança está sendo feita
682 por uma questão de legalidade, que já vem sendo cobrada pelo TCU. Ela destaca
683 ainda que o edital não está mudando as regras que estão sendo seguidas até hoje,
684 que o que mudou foi apenas a forma de repasse de dinheiro. Clarissa Paranhos
685 Guedes (CFP) menciona que esse edital foi discutido na reunião nacional do
686 CREPOP, mas ele precisa ser apreciado e aprovado pela APAF. Clarissa Guedes
687 (CFP) prosseguiu com a leitura do edital. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
688 Nóbrega (CFP) pergunta se alguém quer se inscrever. Luiz Romano da Motta
689 Araújo Neto (CRP 10) questiona como ficam os vínculos já assumidos para os
690 projetos em andamento, como pagamento dos funcionários contratados, por
691 exemplo. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) explica que o que já está contratado
692 terá a continuidade do trabalho no formato atual. Beatriz Borges Brambilla (CRP
693 06) e Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12) mencionam que, na opinião

694 delas, é necessário incluir na minuta algo que garanta a colaboração de todos os
695 CRPs, não deixando aberta a possibilidade de participação ou não, considerando
696 que esse é um projeto nacional. Jaira ainda sugere que, os CRPs grandes sejam
697 contemplados pelo edital, mesmo que seja com um percentual pequeno de auxílio
698 financeiro. Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP 04) discorda de Beatriz
699 Brambilla do CRP 06 e da Jaira Rodrigues do CRP 12. Para ele não existe a
700 possibilidade de obrigar os CRPs a participarem, que isso é realmente por adesão.
701 Ele destaca ainda que estão voltando a rediscutir algo que já havia sido pactuado.
702 Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP 10) pergunta qual é o prazo que o CFP
703 terá para apresentar o plano de trabalho do CREPOP, para que os regionais
704 possam se organizar para realizar os seus. Clarissa Guedes (CFP) explica que
705 esse cronograma é sempre definido nas APAFs. Maria Carolina Fonseca Barbosa
706 Roseiro (CRP 16) levanta a preocupação em relação ao item 2.1 do edital. Ela
707 acredita que isso terá um impacto muito grande no orçamento dos CRPs de médio
708 e pequeno porte. Ela questiona como esses CRPs, que receberam o corte da verba,
709 vão adequar e ajustar o planejamento orçamentário, especialmente em função do
710 prazo de implantação dessa nova modalidade de concessão do CREPOP. Laeuzza
711 Lúcia da Silva Farias (CRP 15) pergunta a partir de quando o edital vai começar
712 a valer e se a adesão dos CRPs é obrigatória para esse edital. Leovane Gregório
713 (CRP 01) sugere que o critério de inscritos seja substituído por pagantes, na seção
714 "Dos Critérios de Elegibilidade e Porcentagem de Repasse". Ele sugere ainda
715 que o escalonamento da tabela seja alterado, pois a perda financeira é muito
716 grande nas faixas estabelecidas. Clarissa Guedes (CFP) explica que todo edital
717 deve seguir um critério comum do sistema. E o critério que vem sendo seguido
718 para outras ações também é esse, o da APAF. Ela menciona que não sabe se é
719 possível rever esse critério. Juliana Barbosa Dias Maia (CRP 21) levanta
720 novamente questionamentos sobre o critério do repasse de verba aos CRPs. Ana
721 Sandra Nóbrega (CFP) informa novamente que esse é o critério usado pelo
722 Sistema Conselhos desde 2005 para definir ações que necessitam de repasse de
723 verba e que a alteração desses critérios seria uma outra discussão, para ser
724 discutida numa outra APAF. Juliana Maia do CRP 21 pede então que seja feita
725 essa solicitação de pauta para a próxima APAF. Leovane Gregório (CRP 01)
726 coloca sua preocupação com o andamento do CREPOP por questões financeiras,

727 uma vez que eles estavam organizados e planejados, inclusive com o orçamento
728 já aprovado pelo TCU, para ter cem por cento de ressarcimento, e agora o
729 ressarcimento seria de apenas cinquenta por cento. Muitos outros
730 questionamentos e sugestões foram feitos em relação ao repasse do dinheiro aos
731 CRs. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega (CFP) sugere que exista um processo de
732 transição para implantação desse edital para os CRPs que mudaram de faixa e
733 tiveram uma diminuição no valor de recebimento. Luiz Romano da Motta Araújo
734 Neto (CRP 10) sugere que exista um prazo para os CRs se adequarem a essa minuta
735 de convênio, esse período de transição sugerido por Ana Sandra. Ele sugere ainda
736 que o plano de trabalho do CFP seja apresentado em novembro e que ele
737 contemple um plano de trabalho detalhado do CFP e dos CRPs. Além disso, ele
738 aponta que os valores de repasse não condizem com a realidade do Brasil,
739 especialmente considerando os valores de passagem e hospedagem vigentes
740 atualmente. Ele sugere que não exista um valor fixo, mas sim estudado caso a
741 caso conforme a variabilidade de cada evento. Ana Sandra Arcoverde Nóbrega
742 (CFP) lembra que o CREPOP realiza duas pesquisas por ano e conforme
743 orientação do jurídico do CFP é necessário constar a previsibilidade do valor. Ela
744 questiona se o plenário acha necessário alterar esse valor. Se alteração do valor
745 fixado de três mil reais para cinco mil reais ajudaria a resolver o problema. Ana
746 Sandra ainda lembra o plenário de que edital é atualizado anualmente. Luiz
747 Romano da Motta Araújo Neto (CRP 10) indica que isso não resolve o problema,
748 já que cada pesquisa tem uma demanda e um valor diferente, porém, concorda
749 com a proposta do aumento para cinco mil reais. Rafael Ribeiro Filho (CRP 17)
750 diz que fez uns cálculos aproximados e sugere que o teto seja de sete mil reais.
751 Outras sugestões foram feitas em relação ao valor de repasse aos CRPs. Alguns
752 CRPs fizeram sugestões sobre a alteração da redação no item "Da Liberação dos
753 Recursos e do Acompanhamento", modificando o prazo para prestação de contas.
754 Outros destaques foram feitos em relação à maneira que está registrada a
755 contagem de prazo em dias corridos, e foi sugerido que sejam em dias úteis. Outro
756 ponto levantando foi a questão de não ter determinado no edital a existência de
757 prazos específicos para recurso, por exemplo. Questionamentos também foram
758 feitos em relação aos prazos estabelecidos no cronograma, bem como o início da
759 vigência dessa nova forma de funcionamento do CREPOP. Encaminhamentos do

760 ponto: A) no item 2.1 do edital, incluir um critério para o processo de transição
761 no caso de CRPs que mudam de "tamanho", para que possam adequar seu
762 orçamento; E que o CRP que mudou de tamanho no meio da execução de um
763 orçamento, possa concluir o exercício do ano, com os valores do convênio que já
764 estavam em curso; B) No item 3.3 do edital, incluir a informação de que o plano
765 de trabalho deve ser apresentado em novembro e com maior detalhamento
766 possível de passagens e hospedagens; C) No item 3.5 do edital, incluir "ou órgão
767 competente" após a palavra "Emprego"; D) no item 5.3.1 do edital, incluir
768 "aplicado de acordo com a previsão da lei de estágio"; E) No item 5.4.1 do edital,
769 alterar o valor limite de viagens para R\$7.000,00 (sete mil reais); F) No item
770 5.4.2 do edital, alterar o prazo para devolução de verba para o CFP em até 30
771 (trinta) dias após a entrega da prestação de contas; G) No item 6.2.6 do edital,
772 alterar a redação para "encaminhar até 30 dias, após o final do 12º mês, relatório
773 de atividades e prestação de contas finais"; H) No item 8.3 do edital, incluir algo
774 que determine que o plano de trabalho, especialmente do CFP, deve conter mais
775 detalhadamente as especificidades das atividades; I) No item 9.1 do edital, fazer
776 as seguintes alterações: - alterar o prazo para 15 dias úteis para os CRPs
777 formalizarem interesse em aderir ao Edital, com plano de trabalho e previsão de
778 custos; excluir o item "Apresentação do Plano de Trabalho e Plano de Custos";
779 alterar o prazo para 15 dias úteis o item "comissão avaliadora apreciar todas
780 solicitações"; alterar o prazo para 07 dias úteis o item "providenciar convênios
781 das propostas aprovadas"; alterar o prazo para 07 dias úteis o item "providenciar
782 a primeira parcela do repasse, conforme cronograma de desembolso"; incluir no
783 cronograma um item que contemple um prazo de recurso para os CRPs de 03 dias
784 úteis; J) No item 9.1 do edital, incluir artigos que registrem as seguintes
785 informações: Todos os prazos são contados em dias ininterruptos e em sua
786 contagem, exclui-se o dia da efetivação do ato e inclui-se o dia do vencimento /
787 lançamento do edital será feito no final de junho de 2019. Em regime de votação,
788 todos os encaminhamentos desse ponto foram aprovados por 51 votos a favor,
789 nenhum voto contra e nenhuma abstenção. **11. CALENDÁRIO DE**
790 **ATIVIDADES DO CREPOP NO 2º SEMESTRE 2019:** Delegações do ponto:
791 CRP 01: Leovane Gregório e Cássia da Silva Relva; CRP 02: José Hermes de
792 Azevedo Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de Jesus Moura; CRP 03:

793 Djeân Ribeiro Gomes, Glória Maria Machado Pimentel e Renan Viêira de S.
794 Rocha; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Túlio Louchard Picinini Teixeira e Rita
795 de Cássia de Araújo Almeida; CRP 05: Viviane Siqueira Martins, Mônica Valéria
796 Affonso Sampaio e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Beatriz Borges Brambilla,
797 Maria Rozineti Gonçalves e Regiane Aparecida Piva; CRP 07: Fernanda Facchin
798 Fioravanzo, Cleon dos Santos Cerezer e Geisa Felippi; CRP 08: Carolina de
799 Souza Walger, Iara Laís Raittz Baratieri Omar e Elisa Mara Ribeiro Da Silva;
800 CRP 09: Mayk Diego Gomes da Glória Machado e Handerssen Shouzo Abe; CRP
801 10: Luiz Romano da Motta Araújo Neto e Soraya Wivianne Braga Albim; CRP
802 11: Diego Mendonça Viana e Emilie Fonteles Boësmans; CRP 12: Ematuir Teles
803 de Sousa, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane de Oliveira Luz; CRP
804 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da Silva; CRP 14: Marilene
805 Kovalski e Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli; CRP 15: Laeuzia Lúcia da
806 Silva Farias e Zaíra Rafaela Lyra Mendonça; CRP 16: Diemerson Saquetto e
807 Tammy Andrade Motta; CRP 17: Camomila Lira Ferreira e Rafael Ribeiro Filho;
808 CRP 18: Karina Franco Moshage e Zeni Luersen; CRP 19: Lidiane dos Anjos
809 Santos Andrade; CRP 20: Regina Célia Pereira da Silva e Gibson Alves dos
810 Santos; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Cristianne Almeida
811 Carvalho; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Ana Sandra Fernandes
812 Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara e Clarissa Paranhos Guedes.
813 Clarissa Paranhos Guedes (CFP) dá início ao ponto resgatando um pouco dos
814 resultados e acordos retirados da Reunião Nacional do CREPOP em abril de 2019.
815 Na sequência ela apresenta o cronograma de trabalho do CREPOP para o segundo
816 semestre de 2019. Ela comentou que haverá muitas consultas públicas para esse
817 período e lançamentos de novas referências também. Foi distribuída para o
818 plenário a publicação do CREPOP "Referências Técnicas para atuação de
819 Psicólogas(os) em Questões relativas à Terra". Clarissa destaca que atualmente
820 não existe nenhum instrumento que institucionalize o CREPOP e que acredita que
821 seja importante criar algo que o torne permanente. Frente a isso, ela propõe que
822 seja criado um GT para pensar na institucionalização do CREPOP para que seja
823 apresentada na APAF de dezembro uma proposta instrumento redigido. Beatriz
824 Borges Brambilla (CRP 06) informou que na Reunião Nacional do CREPOP eles
825 já pensaram e desenharam uma comissão para criar esse documento, que seria

826 composta por Clarissa Guedes (CFP), Emilie Fonteles Boësmans (CRP 11),
827 Beatriz Borges Brambilla (CRP 06), Marivete Gesser (CRP 12), Karina Franco
828 Moshage (CRP 18) e Ricardo Furtado de Oliveira (CRP 23). Encaminhamentos
829 do ponto: A) Referendar ações já apresentadas na Reunião Nacional do CREPOP;
830 B) GT a ser composto por: CFP, CRP-06/SP, CRP-11/CE, CRP-12/SC, CRP-
831 18/MT, CRP-23/TO. Em regime de votação os encaminhamentos desse ponto
832 foram aprovados por 49 votos a favor, nenhum voto contra e 3 abstenções. Ao
833 final da sessão foi feita a leitura da nota da Comissão de Direitos Humanos
834 redigida para o Dia Internacionais contra LGBTIfobia. Esta Ata foi revisada por
835 Andréa Esmeraldo Câmara, Conselheira Secretária do Conselho Federal de
836 Psicologia. Nada mais havendo a tratar, a referida Ata foi lida e assinada por
837 todos os presentes acima nomeados e referenciados.

838













